

Declaração política

Adaptação e mitigação dos efeitos das alterações climáticas

**Exma. Senhora Presidente,
Exmos. Senhoras e Senhores deputados,
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,**

A humanidade enfrenta hoje um dos maiores desafios da sua história: as alterações climáticas são uma das principais ameaças ao nosso futuro.

A situação geográfica e a história da nossa Região, manifestam a especial vulnerabilidade dos Açores a fenómenos atmosféricos adversos, com prejuízo para as nossas populações.

É hoje comumente aceite que os efeitos das alterações climáticas representam desafios fundamentais para o nosso ecossistema terrestre e aquático, para a saúde dos Açorianos, para as acessibilidades, para as nossas disponibilidades hídricas, para a segurança de pessoas e bens, bem como para a nossa capacidade produtiva e para a nossa competitividade.

Aceitamos hoje que o aumento da temperatura global traz consigo a subida do nível do mar com consequências ao nível da proteção da nossa orla costeira.

Percebemos hoje que as mudanças dos padrões de precipitação trazem consigo períodos de seca e outros eventos climáticos extremos cada vez mais violentos e frequentes.

Verificamos hoje que as alterações climáticas põem em causa os nossos ciclos da água, a nossa biodiversidade, as nossas pescas e a nossa agricultura.

Somos hoje confrontados com a alarmante realidade de que efeitos das alterações climáticas põem em causa a segurança e a saúde das nossas populações.

Os constrangimentos provocados pela passagem do furacão Lorenzo que afetam hoje o quotidiano dos Florentinos e Corvinos constitui um exemplo concreto da exposição e vulnerabilidade em que vivemos.

**Exma. Senhora Presidente,
Exmos. Senhoras e Senhores deputados,
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,**

Sobre o nosso planeta, a nossa casa comum, diz o nosso Papa Francisco que “O clima é um bem comum, um bem de todos e para todos. (...) Apenas uma visão do homem autêntica e integral nos permitirá cuidar do nosso planeta para o benefício das gerações presentes e futuras”.

No CDS somos democrata-cristãos.

Centramos a nossa ação política na condição humana e sobre o bem comum em sociedade.

Subscrevemos, por isso, a justa adaptação do homem ao ambiente natural, social, familiar e patrimonial.

Para o CDS, em nome dos nossos princípios e valores, a mitigação e a adaptação às alterações climáticas devem ser um desígnio das nossas políticas públicas.

Foi por isso que propusemos e defendemos ao longo da última década a prometida e adiada rede de radares meteorológicos; a elaboração de planos de ordenamento de ilha; a reabilitação da paisagem florestal; a instalação da Central Geotérmica da Ilha Terceira e investigação do potencial geotérmico das ilhas do Pico e do Faial; a promoção do uso da biomassa como combustível; a recuperação de moinhos de água e de vento para produção de energia elétrica; o incentivo ao consumo preferencial de produtos locais; a promoção da investigação científica da nutrição animal e o maneio das pastagens; a incrementação da eficiência do uso de compostos azotados nas explorações agrícolas e a promoção da produção silvícola.

Sabemos que muito há para fazer e no CDS não baixamos os braços.

Continuamos a trabalhar na procura das soluções que se impõem, como o temos feito, dentro e fora desta Assembleia.

Entendemos que a sociedade civil e as nossas empresas têm, também, um papel fundamental no caminho a percorrer.

Foi por isso que propusemos um regime de benefícios fiscais e apoio aos investimentos na área da mitigação dos efeitos das alterações climáticas, pretendendo que a procura de respostas para o problema sejam o resultado de um processo de congregação de esforços e saber, que junte todos, órgãos de soberania, administração pública, instituições, empresas, escolas e cidadãos, em nome de uma responsabilidade que só pode ser garantida se for de todos nós.

Exma. Senhora Presidente,
Exmos. Senhoras e Senhores deputados,
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,

Acreditamos que todos, apesar do aproveitamento populista e demagogo de alguns, pretendem contribuir para que possamos vencer este combate.

Reconhecemos, por isso, o trabalho legislativo que esta assembleia tem desenvolvido para enfrentar o desafio.

Reconhecemos, por isso, apesar de criticarmos frontalmente a demora e a aparente inconsequência de algumas políticas, a procura de soluções por parte do Governo.

Contudo, não é suficiente. Temos que fazer mais.

Apesar dos instrumentos legislativos produzidos nesta Assembleia e das medidas implementadas, a nossa Região não está ainda preparada para enfrentar os problemas que os efeitos das alterações climáticas provocam nas nossas ilhas.

É preciso mais informação. É preciso promovermos uma maior consciencialização de todos. É preciso mais investimento. É, sobretudo, imperativo que se faça aquilo que se pode fazer e já devia estar feito.

Para o CDS, não basta que se fale de alterações climáticas. É preciso que os açorianos vejam que as coisas estão a ser feitas. É preciso que os açorianos saibam que a nossa Região está, como tem que estar, preparada para responder.

Cumpre-nos a nós, nesta Assembleia, na nossa ação política, ter a capacidade de ultrapassar as nossas diferenças e trabalharmos juntos na procura de um caminho que garanta a nossa responsabilidade de deixar para as gerações vindouras uma Região onde possam crescer, viver e trabalhar.

Somos um povo que conquistou à natureza a sua terra.

A nossa autonomia entretece-se na história de todos aqueles que ao longo de gerações não desistiram perante o isolamento e resistiram às intempéries, aos cataclismos e aos ciclos de escassez, erguendo, com sacrifício e resiliência, as nossas freguesias, as nossas vilas e as nossas cidades.

Para o CDS, esse é um legado que recebemos, um legado que temos que preservar e que, responsabilmente, não podemos comprometer em nome do futuro de todos nós.

Artur Lima, Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP/Açores

Horta, Sala das Sessões, 12 de dezembro de 2019